

# ALGODÃO AMARGO

Verino Ramos da Cruz<sup>1</sup>

**E**m julho de 1997, a Área de Algodão da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, da Secretaria da Agricultura de São Paulo, manifestou-se publicamente sobre o perigo que representava, para a cotonicultura paulista, o plantio da variedade americana Deltapine Acala 90.

O alerta foi desprezado e o seu plantio foi permitido pelas autoridades, e ainda com financiamento e seguro agrícola.

A Deltapine, suscetível a diversas pragas e doenças, em especial à virose do mosaico-das-nervuras-de-ribeirão-bonito ou azulão, ou ainda doença azul, transmitida pelo pulgão, disseminou em todas as regiões algodoeiras do Estado de São Paulo esta terrível doença, com controle possível somente através de medidas preventivas. A principal, recomendada para seu controle, é o plantio de variedades resistentes ao vírus.

Os cultivares paulistas de algodão, os IAC's, até então resistentes a esse mosaico, mas não imunes a ele, perderam a resistência conquistada há décadas, ante a grande quantidade de inóculo que se multiplicou na natureza com o plantio da Deltapine.

E agora?

Os próximos plantios de algodão exigirão população de pulgão mantida em nível zero, pois um só pulgão na cultura contaminará as plantas, que morrem ou tornam-se improdutivas quando inoculadas precocemente.

Para atingir o objetivo de "pulgão zero", o controle tem que começar muito cedo, com o uso repetido de defensivos não-seletivos, que matam os inimigos naturais das pragas causando desequilíbrio biológico. Com isto, novas e repetidas aplicações de defensivos serão necessárias, quando, a partir dos 50 dias da emergência das plantas, surgirem as pragas mais importantes, principalmente lagarta-das-maçãs, curuquerê, lagarta-rosada, bicudo, ácaros, que, sem controle biológico natural, terão enorme explosão populacional.

Neste ciclo vicioso, com a morte dos artrópodos úteis ao controle, pragas secundárias tornam-se primárias, ou seja, importantes, exigindo também controle. A pior consequência que pode ocorrer com a repetição dos mesmos defensivos é tornar as pragas resistentes a eles, exigindo muitas aplicações de outros defensivos aos quais elas também se tornarão resistentes, e assim sucessivamente.

Não será possível a racionalização do controle das pragas através do Manejo Integrado de Pragas. Não haverá condições técnicas para a sua utilização, acabando com o sonho da cotonicultura de contribuir para a implantação do almejado desenvolvimento agrícola sustentável. As pulverizações voltarão a ser preventivas com o retorno do Calendário de Tratamento Fitossanitário – um retrocesso à década de 60.

Esta resistência aos defensivos já vem ocorrendo em Mato Grosso e Goiás, onde o plantio da Deltapine já ocorre há vários anos. Na safra passada, o número de pulverizações chegou a 18. Neste mesmo período em São Paulo, com o plantio da IAC 22, o número médio de aplicações foi 8.

O descontrole fitossanitário que acontecerá na cultura, com o uso precoce, geral e indiscriminado de defensivos não-seletivos, trará consequências negativas inevitáveis, com danos à saúde dos cotonicultores, aumento da poluição ambiental e diminuição do lucro do agricultor.

Para argumentarmos com dados concretos sobre as consequências que o desequilíbrio biológico ocasiona à fitossanidade da cultura do algodão, vamos lembrar o exemplo histórico e triste ocorrido na década de 70, em Santa Helena, em Goiás, onde, devido a esse desequilíbrio, o número de pulverizações chegou à média de 30 por safra, praticamente uma a cada 3-5 dias. Não havia mais inseticidas que matassem as pragas e a lagarta-das-maçãs tornou-se incontrolável, inviabilizando a cultura. A poluição ambiental foi total, com a morte de animais silvestres, contaminação dos mananciais, rios, represas e açudes. O cheiro de defensivos tomou conta da cidade e do campo e as pessoas foram contaminadas.

Para mudar essa drástica perspectiva, urge que os plantadores de algodão, grupos ambientalistas, órgãos e empresas ligadas à cadeia produtiva, e a sociedade em geral participem, exigindo das autoridades competentes a proibição do plantio do Deltapine, corrigindo uma decisão precipitada, que trouxe consequências desastrosas à cotonicultura paulista.

A proibição do plantio deste cultivar americano permitirá que o controle fitossanitário das pragas, através dos princípios do MIP – Manejo Integrado de Pragas, continue racional e técnico em São Paulo, contribuindo para a implantação da agricultura sustentável. Esse trabalho de quase 20 anos tem reconhecimento internacional, e é considerado um dos melhores da cotonicultura mundial.

Ainda há tempo de plantarmos algodão doce!

*Os cultivares paulistas de algodão, os IAC's, até então resistentes a esse mosaico, mas não imunes a ele, perderam a resistência conquistada há décadas, ante a grande quantidade de inóculo que se multiplicou na natureza com o plantio da Deltapine*

<sup>1</sup> Engenheiro Agrônomo, CATI-Divisão de Extensão Rural, Área de Algodão, Campinas-SP. Telefone/fax: (019) 241-7733.